



**EPEPE**  
V ENCONTRO DE PESQUISA  
EDUCACIONAL  
EM PERNAMBUCO

Educação e Desenvolvimento  
na Perspectiva do Direito à Educação

## **8 - POLÍTICAS E GESTÃO EDUCACIONAL.**

### **PROGRAMA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM PERNAMBUCO: UMA ANÁLISE DAS UTILIZAÇÕES DAS ESCOLAS DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO PELO GOVERNO DO ESTADO**

MORAIS, Edima Verônica de

#### **RESUMO**

Este trabalho é fruto de uma pesquisa mais extensiva apresentada em Dissertação de Mestrado que tem como tema central a formação da juventude através da Educação Integral e propõe-se a compreender as utilizações, por parte do Governo do Estado de Pernambuco, das Escolas de Referência em Ensino Médio. Essas foram instituídas através da Lei Complementar nº 125/2008 que cria o Programa de Educação Integral e tem como objetivo o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do Ensino Médio e qualificação dos jovens da Rede Pública Estadual. No contexto tipicamente brasileiro, a escola sempre foi recheada de significados que extrapolam seus limites e funções. A produção dos dados e a análise comprovaram que a política de educação integral em Pernambuco nasce seguindo as exigências dos empresários mediados por organismos internacionais, com o objetivo de atender ao novo padrão de acumulação, que exige um trabalhador polivalente e capaz de se adaptar às instabilidades da vida. Nesse sentido, as EREMs cumprem, para o governo Eduardo, o papel de passar a promessa de integração do jovem ao mercado de trabalho, conforme indicações do Governo Federal e do Banco Mundial.

**Palavras-Chaves:** Educação Integral. Utilização. Escolas de Referência em Ensino Médio. Pernambuco.

#### **Introdução**

Uma “nova escola Pública” está sendo produzida para Juventude Pernambucana. Isso porque a escola existente indica não está atendendo às expectativas e necessidades de formação deste seguimento da população. Primeiro porque na contemporaneidade a própria definição de juventude e do que é “ser jovem” é um tanto complexa, e a compreensão sobre a condição juvenil baseada na idade cronológica, no amadurecimento biológico ou na conquista do emprego não dão conta das novas configurações do “ser jovem”. Essa compreensão é importante porque é a partir dela que são criadas as ações e políticas educacionais referentes a essa parcela da população. Segundo porque até bem recentemente a transição para o mundo adulto era relativamente estável e bem estruturada, no entanto, como explicita Silva (2012), hoje essas ideias estão em crise, pois vivenciamos um processo *desinstitucionalização* da

juventude, isto é, as instituições como a escola, a família e o emprego, que de certa forma garantiam a transição estável para a vida adulta estão em crise. Assim surgem novos modelos de família, o emprego é marcado pela instabilidade e precariedade, e a Escola não é mais percebida pelos jovens como uma possibilidade concreta de ascensão social.

Dessa forma a instituição escolar vem sendo desafiada a rever suas estratégias para que verdadeiramente seja acessível e atenda as novas demandas econômicas, políticas e culturais que em nosso entendimento é resultante do processo de reestruturação produtiva, sustentada por uma nova base tecnológica digital-molecular ou informática, que além de modificar a noção de tempo e espaço definiu e transformou hábitos em diversas dimensões da vida humana, em especial o mundo do trabalho que exige cada vez mais qualificação para que os postos oferecidos sejam ocupados.

Na tentativa de solucionar os problemas enfrentados pela juventude e como resposta a esse processo de crise da instituição Escola a Educação em Tempo Integral vem sendo uma saída utilizada. Em nível Federal o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi criado com o objetivo de ampliar e expandir a oferta de educação profissional e tecnológica de nível médio além de ter como objetivo a melhoria da qualidade do Ensino Médio. Outro exemplo em nível Federal é a criação do Programa Brasil Profissionalizado, cujo objetivo é fortalecer as redes estaduais de educação profissional e tecnológica, criado em 2007 o Programa possibilita a modernização e expansão das redes públicas de Ensino Médio integrado a Educação Profissional.<sup>1</sup> Quando falamos em nível estadual o Governo de Pernambuco lançou o Programa de Educação Integral (PEI) com a criação das Escolas de Referência em Ensino Médio (EREMs) através da Lei Complementar nº 125 de 10 de Julho de 2008 e de acordo com a mensagem nº 097/2008 enviada pelo Governador Eduardo Campos ao então Presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco diz que um dos objetivos desse Programa é o de “fortalecer a Educação Integral no Estado”.

Inicialmente as EREMs surgiram como uma parceria público-privado na Rede Estadual de Ensino. Baseado no modelo da “charter school” (escolas públicas com gestão privada)<sup>2</sup>, foram criados 19 Centros de Ensino Experimental (CEE) que tinham administração sob responsabilidade do Instituto de Co-responsabilidade Educacional pela Educação ICE-Brasil<sup>3</sup>, organização que resulta da mobilização de um grupo de empresários da iniciativa

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 12/03/2013

<sup>2</sup> São escolas não estatais, integradas no serviço público de educação, financiadas com dinheiro público e com ampla autonomia curricular, administrativa e pedagógica.

<sup>3</sup> A ICE-Brasil é uma empresa do segmento de serviços industriais de elevada especialização. Disponível em [www.icebrasil.com.br](http://www.icebrasil.com.br)

privada em torno da educação. Com a mudança de governo e a eleição do atual governador Eduardo Henrique Accioly Campos, a gestão das EREMs se modificou, e a Lei n. 125/2008 anuncia o PEI como uma política pública. Este atual modelo aparece como uma política para juventude no sentido de melhorar a educação oferecida no Ensino Médio, bem como a melhoria na qualificação profissional da juventude como forma de inserção no mercado de trabalho.

Assim, é preciso compreender como a implementação das EREMs não acontece de forma homogênea, mas permeada por contradições. Neste sentido, nosso trabalho se inscreve no estudo que Algebaile (2009) realizou sobre a construção histórica da escola pública brasileira, demonstrando a necessidade de se compreender como essa escola foi se constituindo de acordo com as necessidades históricas de cada época, sem, no entanto caracterizá-la sob uma única forma. E o seu sentido de conjunto não é definido apenas pelo fato de se guiar pelas regras e normas institucionais e jurídicas que regem o país ou por estar em território brasileiro, esse sentido é bem mais amplo ele é formado principalmente pela a especificidade dos traços comuns, complementaridades e contradições que constituem suas marcas, não apenas na sua organização interna, mas, na forma como ela estabelece sua presença na vida social do país.

#### **Abordagem teórico-metodológica**

De acordo com a natureza dos dados foi uma pesquisa de abordagem qualitativa que permitiu trabalhar com o conjunto de fenômenos que são constitutivos do ser humano e da realidade social, ou seja, significados, motivos aspirações, crenças, valores e atitudes (DESLANDES et al., 2008). A abordagem utilizada expressa uma aproximação com o materialismo histórico dialético, por entendermos que tal perspectiva, segundo Cheptulin (1982), permite a formulação dos imperativos aos quais estão submetidas a atividade prática e a do pensamento.

Fizemos algumas escolhas para realizar a coleta de dados. A primeira foi realizar uma entrevista de caráter exploratório com a Coordenadora Pedagógica do PEI, o que nos apontou alguns desdobramentos que indicaram a melhor estratégia a seguir para alcançarmos os objetivos propostos. A entrevista nos levou à identificação dos documentos normatizadores do PEI e a matriz teórica que estava formulada. Em segundo lugar, realizamos a análise dos documentos que normatizam o Programa de Educação Integral do Estado de Pernambuco, buscando significados cuja presença e frequência apresentassem proximidade com o objeto da pesquisa.

E, em terceiro lugar, buscamos informações na mídia interna e externa sobre o governo de Pernambuco visando analisar a produção de sentidos que configurem outras utilizações, para além dos educacionais. Nas propagandas veiculadas em mídia interna (site da Secretaria de Educação de Pernambuco) buscamos matérias que abordassem ações envolvendo o PEI e as Escolas de Referência em Ensino Médio. Na mídia externa nossa pesquisa foi realizada em jornais de grande circulação: o Jornal do Comércio, Diário de Pernambuco, Folha de Pernambuco, e em mídias eletrônicas (Blogs, JC Online, Diário de Pernambuco Online e o site do ICE-Brasil).

Para dar conta das análises dos dados coletados utilizamos como caminho metodológico, ou seja, como caminho do pensamento a Hermenêutica Dialética que nos possibilitou realizar uma análise ao mesmo tempo compreensiva e crítica do estudo da realidade, já que a hermenêutica funda-se na compreensão e a dialética estabelece uma atitude crítica (MINAYO, 2010). A hermenêutica foi necessária em virtude da maior parte das fontes serem documentos. A grande contribuição da dialética marxista para análise de materiais qualitativos, segundo esta autora, é a compreensão de que não existe ponto de vista fora da história, nada é eterno, fixo e absoluto, portanto, não há ideias, nem instituições nem categorias estáticas (2010, p. 340). Dessa forma ao utilizar essa abordagem foi possível compreender o objeto deste estudo, utilizações do PEI, identificando em que condições históricas as EREMs foram implantadas revelando os condicionantes que determinaram sua criação.

### **A Organização do Trabalho Pedagógico das Escolas de Referência em Ensino Médio**

Neste tópico o foco será o trabalho de organização das EREMs (Escolas de Referência em Ensino Médio) com destaque para a jornada escolar, a infraestrutura e a valorização dos profissionais (salários, gratificações e formação continuada). Conforme a Lei 125/2008, que criou o Programa de Educação Integral, as EREMs são organizadas a partir de dois modelos de jornada, as de regime de Tempo Integral e as de Tempo Semi-Integral. A jornada integral corresponde a 40 horas cumpridas pelos estudantes em dois turnos e a jornada semi-integral de 32 horas distribuídas em cinco dias. Nessas últimas, o professor tem dois turnos livres para planejamento, pois os estudantes frequentam a escola todas as manhãs e dois dias vão no contra turno. Já nas Escolas de regime Integral, estudantes e professores frequentam a escola todos os dias da semana de sete e meia da manhã às cinco da tarde. No turno da tarde, além de aulas de reforço são oferecidas ainda disciplinas como música e artes.

Os professores são escolhidos através de uma seleção interna na própria rede estadual de ensino. Estes recebem gratificações que variam de 1,99% a 1,59% dos seus salários, de

acordo com a localização especial que está prevista no art. 3º da Lei nº 12.965 de 26 de dezembro de 2005, também os gestores e secretários recebem gratificação conforme previsto na Lei nº 12.242 de 28 de junho de 2002. Esta gratificação coloca professores e gestores em posição privilegiada em relação aos demais, transformando o professor/a em quase um cargo de confiança, cobrado a vestir a camisa do governo, assumindo as metas como suas, assim como fazem as empresas. A amarra objetiva é a gratificação, o tempo, as tarefas assumidas que vão definindo o perfil desse profissional, além do que a gratificação é uma forma de utilização política para controle político dos professores, impedindo que estes se organizem e desenvolvam uma identidade de classe capaz de resistir às mais diversas formas de controle.

No início da implementação do PEI, a formação de professores, gestores e funcionários, segundo a coordenadora pedagógica do Programa, aconteceu durante seis meses com a proposta de acompanhamento bimestral. Sobre o trabalho do professor/a foi possível reconhecemos, a partir das nossas análises, uma forma de utilização que nos levou à compreensão de como este se estabelece dentro das EREMs. Essa utilização tem a ver com o controle político dos profissionais dessas escolas. Pois se por um lado há uma valorização financeira, por outro eles são impedidos de se organizarem coletivamente, como disse a coordenadora pedagógica em entrevista: “nossos professores não fazem greve, vão para formação dia de sábado, o que causou sérios problemas com o sindicato”. Nesse sentido, não é apenas uma questão de valorização financeira, mas um controle da própria subjetividade do professor/a. Assim, podemos inferir que a escola a partir dessa constatação apresenta mais um elemento de aproximação com o novo modelo de acumulação flexível, pois segundo Alves (2007, p. 247), “a preocupação fundamental do toyotismo é com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista” (...).

Além do que os professores destas unidades não podem faltar. No entanto, é importante dizer que não foi possível encontrar evidências documentadas sobre este fato já que encontramos grandes dificuldades de acesso a documentos e a encontrar professores dispostos a falar sobre o assunto, os que de alguma forma falaram sobre isto o fizeram informalmente. Por outro lado, em São Paulo, foi implementado o modelo de educação integral baseado no exemplo do ICE assim como em Pernambuco, que se por um lado vem sendo elogiado, por outro vem sendo criticado, especialmente em relação ao trabalho docente. Sobre a impossibilidade de falta do professor e sobre o seu perfil, uma diretora de uma Escola Integral em Sorocaba falou ao jornal Cruzeiro do Sul do dia 09/05/2013: “Tem de ter perfil. O regime é de educação plena e integral e não pode faltar”. Sobre o tipo de perfil, o professor de sociologia Ricardo Pereira da Silva, representante do Sindicato dos Professores do Ensino

Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), em entrevista a este mesmo jornal, diz que: “Entenda-se como perfil o professor que tiver incorporado em seu trabalho o linguajar empresarial e cumprir metas, como acontece com as empresas”.

Nesta mesma reportagem, o representante do APEOESP alerta que o modelo de Educação Integral baseado no modelo implantado pelo empresário Marcos Magalhães presidente do ICE Pernambuco amplia a jornada escolar apenas com o único objetivo de preparar os jovens para o mercado de trabalho. A justificativa do empresário sobre sua “preocupação” com a educação pode ser compreendida em suas próprias palavras: “há quase dez anos, nós, um grupo de empresários, achamos interessante dar um foco específico nos adolescentes. Nossas empresas sentem falta de quantidade e qualidade de jovens para o mercado de trabalho”. Sobre esta fala, o representante da APEOSP professor Ricardo Pereira da Silva afirma que

o Ensino Médio está associado à privatização, subordinação aos preceitos neoliberais dos organismos internacionais, doutrina do mercado, fragmentação do trabalho docente, perda de autonomia dos professores, apagamento do professor e do aluno como sujeitos históricos, autoritarismo didático e de conteúdos, tecnicismo pedagógico e principalmente intervenção de grupos privados na escola.<sup>4</sup>

A esse respeito, acreditamos ser pertinente apresentar essa reflexão no sentido que a implementação do Programa no estado de São Paulo segue parâmetros similares a Pernambuco e, portanto, tem uma aproximação com a discussão desenvolvida neste trabalho, nos permitindo uma reflexão mais aprofundada demonstrando que para além de um conjunto de intenções, na realidade há um conjunto de interesses subjacentes à criação das Escolas de Referência, os quais tiram o foco de importantes discussões sobre a promoção de uma educação pública de qualidade no Ensino Médio. A perspectiva de disseminação do modelo é reforçada pelo ICE, uma vez que mesmo não sendo o mesmo modelo, as funções gerais da escola são as mesmas: educar a juventude para a nova sociabilidade do capital, orientada para a empregabilidade. Outrossim, esse apresenta um caráter de falseamento, uma vez que a heterogeneidade da rede de Ensino Médio faz com que as melhores escolas atendam apenas a uma parcela da juventude.

Em relação ao professor/a segundo Magalhães (2008), ele tanto é vítima como vilão, além de demonstrar uma percepção sobre a profissão como algo apostólico e não como uma profissão como tantas outras com direitos e deveres, inclusive da luta por melhores salários contra a precarização do seu trabalho e por condições dignas de exercê-lo. Um piso salarial justo é condição *sine qua non* para o bom desempenho do professor/a, mas não apenas, esse

---

<sup>4</sup> Reportagem publicada na Edição de 09/05/2013 do Jornal Cruzeiro do Sul, na pág 12 do caderno A.

deveria ser acompanhado de “um cuidadoso planejamento de ampliação do quadro de professores da rede pública e de distribuição interna do trabalho docente” (SCHLESENER, 2009, p. 168).

Conhecendo essas afirmativas, podemos compreender como as parcerias público-privadas se consolidaram no Estado de Pernambuco reconhecendo a filosofia subjacente a elas e como interferem diretamente no trabalho do professor/a e na vida cotidiana das escolas transformando as relações e definindo uma forma diferente de apropriação dos conhecimentos por parte dos jovens do Ensino Médio. Portanto, podemos constatar que é um parceiro que interfere na organização e nas relações de trabalho ferindo, inclusive, a constituição, o direito de organização.

Para a implementação de uma EREM, são necessários padrões mínimos para o funcionamento. De acordo com a Lei Complementar 125 no seu artigo 3º inciso VII, compete à Unidade Técnica de Coordenação do PEI “promover o planejamento para a expansão das EREMs e definir padrões básicos de funcionamento”. O problema em relação ao básico não é o que ele contém, mas o que ele exclui, o que é deixado de fora que de alguma forma pode prejudicar o seu funcionamento. Em relação à infraestrutura e aos equipamentos necessários para o funcionamento das EREMs, a Coordenadora Pedagógica afirma que

(...) não pode inventar prédio novo pra escola. Muitas vezes as pessoas chegam numa escola de referência e diz: meu Deus, uma Escola de referência desse jeito. É desse jeito, porque é uma escola da rede que vai se transformando. Como a questão da infraestrutura física, a gente tem padrões mínimos de funcionamento. (COORDENADORA PEDAGÓGICA).

Segundo reportagem veiculada no Diário de Pernambuco do dia 19 de janeiro de 2010, as características básicas para que uma EREM funcione são: 09 (nove), 12 (doze), 15 (quinze) ou 18 (dezoito) salas de aula; laboratórios de informática, línguas, biologia e física/matemática; ter biblioteca, refeitório, cozinha, recreio coberto e quadra coberta com vestiário. No entanto, nem todas as EREMs possuem todos esses elementos, pois, de acordo com a fala destacada acima da coordenadora pedagógica do PEI, os prédios não são novos por que é uma escola da rede que vai se transformando.

### **A expansão das Escolas de Referência em Ensino Médio entre 2006 e 2013**

O governo Eduardo Campos herdou 13 Escolas de Tempo Integral da gestão de Jarbas Vasconcelos. Em seu processo de expansão até 2013, segundo dados da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, o Programa passou a atender 110 mil estudantes distribuídos em 122 unidades que funcionam em horário integral e 138 oferecem jornada semi-integral. Essas EREMs estão distribuídas em 160 municípios e também no arquipélago

de Fernando de Noronha. Segundo a Coordenadora Pedagógica, a meta do governo é implantar 300 escolas até 2014, “com as quais a demanda do Ensino Médio no Estado seria atendida. A ideia é que em cada regional tenha uma escola regular de quatro horas e uma escola semi-integral”.

Em entrevista concedida ao Bom Dia Pernambuco de 10 de junho de 2011, o então Secretário de Educação de Pernambuco, Anderson Gomes, ratifica a meta de expansão apresentada pela coordenadora: “(...) até 2014, nós teremos 300 escolas em tempo e ensino integral, universalizando o ensino médio no Estado (...)”.<sup>5</sup> Aqui cabe um questionamento sobre o significado de universalizar o Ensino Médio, evidenciado pelo secretário, tendo em conta os números adversos para este nível de ensino e considerando, também, a distorção idade/série.

Segundo o Censo Escolar de 2010, o número de matrículas no Ensino Médio na Rede Estadual, sem contar a Educação Profissional e a Educação de Jovens e Adultos, foi de 367.813 (trezentos e sessenta e sete mil oitocentos e treze); desse universo 110 mil são atendidos pelo PEI. Em relação à distorção idade/série, o Censo Escolar aponta que, no 3º ano do Ensino Médio na Rede Estadual, essa chega a 57,19%. Significa dizer que menos da metade dos estudantes obtém êxito naquilo que a literatura concebe como sucesso escolar. Portanto, são questões bastante relevantes que precisam ser consideradas ao se falar em universalização, fato que demonstra que esse discurso está sendo utilizado para disseminar a falsa impressão que esses problemas serão solucionados em pouco tempo com a expansão das EREMs.

Observamos que a expansão das EREMs está na pauta da agenda política desenvolvida pelo governo do Estado de Pernambuco. No entanto, é preciso observar como essa ampliação acontece, para saber se não está sendo realizada de forma precária. Isto porque nem todas as escolas obedecem aos critérios básicos exigidos na Lei 125/2008; esses padrões são definidos pela Unidade Técnica de Coordenação do PEI. O Presidente do Sintepe (Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco), indicando a precariedade, falou para o blog “Tô no Rumo” em 18 de março de 2012. Heleno Araújo denunciou que as EREMs, apesar de ser uma boa ideia, a sua implantação e a sua expansão não foram adequadas, além do que o modelo não trouxe os resultados esperados nas avaliações do Idepe.

De maneira geral, apesar das Escolas de Tempo Integral e Semi-Integral fazerem parte do mesmo Programa, respondendo aos mesmos critérios de implantação presentes na Lei

---

<sup>5</sup> Disponível em: [www.pe360graus.com](http://www.pe360graus.com).

125/2008, observamos que há uma desigualdade de oferta de escolarização entre as escolas, no que se refere à infraestrutura e ao funcionamento. Esta aparece como uma característica da “escola pública brasileira”. No entanto, a expansão precária e desigual é comunicada como transitória, demonstrando a utilização desse discurso mais uma vez criando uma ilusão de que em Pernambuco há um novo modelo de Escola sendo construído. Se essa desigualdade acontece entre as Escolas do mesmo Programa observemos as disparidades entre as EREMs e as Escolas de Ensino Médio da rede considerando a diferença do custo aluno entre elas. No PEI, o custo por aluno é de R\$ 3.058,31 por ano, ao passo que na escola regular o custo aluno/ano é de R\$ 1.790.<sup>6</sup>

De acordo com esses dados, podemos afirmar que a expansão das EREMs nem sempre acontece de forma a garantir as condições mínimas de funcionamento e de estruturas para que as atividades pedagógicas possam acontecer. Por outro lado, a produção de certo número de escolas modelo, que atendem às condições de bom funcionamento, se destaca parecendo que os problemas das escolas estão em vias de resolução. Nesse sentido, Algebaile (2009, p. 140) afirma que as escolas modelo cumprem dupla função: “de um lado, servem como propaganda, dando visibilidade à ação governamental no campo educacional e ‘atestando’ sua qualidade. De outro, atenuam o desconforto em relação às escolas degradadas, porque as tornam menos visíveis (...).

Sobre este aspecto, podemos afirmar que as EREMs cumprem este papel, na medida em que algumas são modelos pedagógicos, de infraestrutura e de gestão, fazendo parecer que a precariedade é transitória e a mudança é questão de tempo. Essa utilização acontece também em relação à expansão, quando o número de escolas semi-integral supera as de tempo integral, dando a impressão que todas as escolas têm o mesmo padrão de funcionamento, demonstrando a polarização quantidade x qualidade, que de acordo com Algebaile (2009) é explicativo da expansão da escola pública no Brasil. A autora aponta:

Os recursos de ação usados para garantir a expansão da oferta de vagas mostram que tal expansão não reproduziu simplesmente um modelo inadequado de escola, mas esteve implicada na produção de uma escola à qual passavam a caber funções diversas das que nos acostumamos a tratar como “própria da escola” (ALGEBAILLE, 2009, p. 140).

Nesta direção, a autora chama a atenção para a necessidade de se reconstruir conceitualmente a ideia de expansão, pois mais do que significar a presença da escola em diversas localidades do país ou a ampliação de vagas, há a necessidade de uma forma distinta dos modelos “formativos habitualmente tratados como a “escola” por excelência, e que

---

<sup>6</sup> Disponível em: [www.diariodepernambuco.com.br](http://www.diariodepernambuco.com.br). Acesso em: 25/05/2012.

polarizam as leituras negativas da escola pública brasileira” (ALGEBAILLE, 2009, p. 141). Além do mais, as EREMs têm assumido diversas funções as quais não são tratadas como “próprias da escola”, conforme reflexão apresentada acima.

### **A permanência do poder privado na organização e expansão das Escolas de Referência**

Continua presente a ideia de que a influência do setor privado na educação pública contribui para o desenvolvimento qualitativo da mesma. A implementação do Programa de Educação Integral (PEI) foi se organizando de acordo com a necessidade de formação profissional exigida pelo novo modelo produtivo, o que se pode presumir pela própria inserção do empresariado no processo de implementação deste Programa.

Um dos objetivos do PEI, presente na Lei 125, diz respeito às parcerias público e privado como forma de contribuir para disseminação e consolidação do programa. Conforme o parágrafo VIII do art. 2, o PEI teria a finalidade de “viabilizar parcerias com instituições de ensino e pesquisa, entidades públicas ou privadas que visem a colaborar com a expansão do Programa de Educação integral no âmbito Estadual”. Esse mesmo objetivo aparece também no parágrafo XI: “articular e coordenar novas parcerias com instituições de ensino e pesquisa, empresas públicas ou privadas, organizações civis sem fins lucrativos e institutos, visando ao fortalecimento do Programa, sua ampliação e melhoria do ensino”.

No Brasil, a disputa entre grupos privatistas e grupos que consideram a educação um bem público já atravessa décadas. No entanto, a partir das reformas empreendidas nos anos de 1990, esse debate ganhou força e a disputa se acirrou com a entrada efetiva dos empresários nos meios educacionais através dos acordos de cooperação assinados entre governos e grupos privados. Nos Estados Unidos, o termo “Corporate reformers” foi criado pela pesquisadora americana Diane Ravitch. Segundo Freitas (2012, p. 380), este se refere aos reformadores empresariais e reflete uma “coalizão entre políticos, mídia, empresários, empresas educacionais, institutos e fundações privadas e pesquisadores alinhados com a ideia de que o modo de organizar a iniciativa privada é mais adequado para “consertar” a educação americana”. Nos parece que a ideia central exposta nesse pensamento carrega grande semelhança com as ideias que permeiam os acordos e convênios firmados entre o governo de Pernambuco e os “reformadores empresariais”.

Na mesma direção do que aconteceu nos Estados Unidos, no Brasil temos o movimento coordenado por empresários chamado “Todos pela Educação”, cujo presidente do conselho de Governança é o empresário Jorge Gerdau Johannpeter (grupo Gerdau) e que também é assessor da presidente Dilma como coordenador da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade de seu governo. Na Secretaria de Educação Básica do MEC

está no comando outro membro do Conselho de Governança do movimento, Cesar Callegari (FREITAS, 2012). Isto para mostrar apenas alguns exemplos das conexões do setor privado com órgãos responsáveis por formular políticas educacionais em nosso país. Freitas (2012b) cita Taubman por este ter realizado um extenso estudo sobre a atuação dos “reformadores empresariais” nos Estados Unidos e constata que, com o apoio de vários campos das ciências como psicologia behaviorista, as ciências da informação e a neurociência, constrói-se uma “cultura de auditoria”.

(...) cultura de auditoria refere-se à emergência de sistemas de regulação na qual as questões de qualidade são subordinadas à lógica da administração e na qual a auditoria serve a uma forma de meta-regulação por meio da qual o foco é o controle do controle (TAUBMAN apud FREITAS, 2012, p. 382).

Assim, o controle passa a ser essencial na busca de obter os melhores resultados, sem efetivamente ter de investir na formação da juventude, no sentido dessa ser capaz de lançar mão de uma gama de conhecimentos para realizar determinada atividade. Ao contrário, a necessidade é desenvolver habilidades que a faça realizar uma atividade com o mínimo de conhecimentos possíveis. Especificamente em relação às Escolas de Tempo Integral, as parcerias se efetivam a partir da mobilização do Instituto, mas também do PEI e dos seus gestores. Segundo Magalhães (2008), a parceria se materializa no capital que agregam ao projeto, não exclusivamente sob a forma de incremento financeiro, mas também de financiamento e/ou desenvolvimento de projetos acadêmicos, científicos, culturais, artísticos ou esportivos.

A política de parceria do governo Eduardo se apresentou como diferente do seu antecessor ao anunciar o encerramento da parceria com o ICE. Entretanto, a presença do ICE e de outros parceiros na produção das Escolas de Referência mudou de forma, mas não de conteúdo. Como exemplo da atuação desses parceiros, segundo reportagem veiculada no dia 15/09/2011 no jornal Folha de Pernambuco, a EREM Ginásio Pernambucano desenvolve o programa Mini Empresa, coordenado pela Junior Achievement, associação sem fins lucrativos fundada nos Estados Unidos. O foco do projeto é na prática em negócios, economia e empreendedorismo, possibilitando ao aluno participante vivenciar o dia a dia de uma empresa. Já a EREM Cícero Dias conta com o programa “Núcleo Avançado em Educação (Nave)”, promovido pelo Instituto de responsabilidade social da Oi, oferecendo cursos de formação profissional que se complementam às tradicionais do Ensino Médio.

Segundo o site da Secretaria de Educação, o presidente da Refinaria Abreu e Lima se reuniu, no dia dois de fevereiro de 2012, com o então Secretário da Educação Anderson Gomes para discutir parcerias em projetos relacionados à formação profissional dos jovens.

Neste mesmo dia, o Secretário e representantes do Instituto Empreender assinaram um acordo de cooperação para realização de projeto de profissionalização chamado “Enter Jovem Plus” que consiste em uma metodologia de qualificação social e profissional voltada para empregabilidade de jovens. Sobre o Projeto, podemos mencionar que é realizado pelo Instituto Empreender em parceria com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)<sup>7</sup>, com governos municipais, estaduais e federal, bem como com organizações não governamentais e empresas privadas.

Ao observarmos essas parcerias percebemos que elas apontam para a ideia de que o PEI está sendo utilizado pelo governo para formação de mão de obra que atenda aos interesses de empresas da região. A escola para formação da mão de obra é uma questão definida na lei e não representa nenhuma novidade; esta se expressa na forma como vem se dando em parceria com a iniciativa privada e o modelo de Escola que ela representa. Nesse sentido, aqui existe uma relação entre educação e trabalho, na qual o trabalho abstrato, alienado, flexível passa a ser, nas EREMs, um princípio educativo. Ressaltamos que este tipo de utilização indica que o governo tenta passar a ideia de que as EREMs são uma ponte para a inserção no mercado de trabalho, demonstrando uma forma de utilização que leva a crença que a formação técnica oferecida nessas escolas atende especificamente às necessidades das empresas instaladas no Estado.

Segundo a Lei 125/2008, um dos objetivos do PEI é “(...) difundir o modelo de educação integral no Estado, com foco na interiorização das ações do governo e na adequação da capacitação de mão de obra, conforme vocação econômica da região” (art 2º, parágrafo III). A análise desse parágrafo nos leva a duas possibilidades de utilização das EREMs pelo governo. Em primeiro lugar, a utilização para controle e presença territorial, assim podemos pressupor que a esfera de atuação da escola está sendo ampliada, no sentido que esta serviria para atender à população onde há a ausência de outros setores do Estado, retomando o sentido de ausência em Lefebvre (2006); segundo Algebaile (2009, p. 328), este só se torna “possível a respeito de coisas, que em alguma medida, já são conhecidas ou suspeitadas”, ou seja, para a autora os “lugares marcados por ausência” dizem respeito a espaços onde a ausência concreta de outras instituições do Estado é sentida gerando desconforto e questionamentos exigindo de certa forma alguma resposta. Dessa forma, será que através do robustecimento do papel da escola no PEI, no sentido de transformação estrutural da escola com a ampliação da sua

---

<sup>7</sup> Não é a primeira vez que a USAID estabelece acordos em relação à educação no Brasil; na década de 1960 em plena ditadura militar foi firmado um acordo entre o MEC e essa agência cujo objetivo era introduzir no Brasil o modelo educacional americano. Os estudantes reagiram fortemente contra denunciando seu caráter tecnicista e a submissão ideológica e intelectual aos Estados Unidos implícita nesse acordo (ARAÚJO, 2007).

atuação, o Estado controla ou minimiza os conflitos e as contradições provocadas por sua ausência dando a aparente sensação de presença?

A outra forma de utilização é a formação para a empregabilidade e o empreendedorismo, como forma de enfrentar o fato de que não haverá emprego para todos. Assim, a função principal das EREMs é a formação dos jovens para a sociabilidade do capital. Devido à lógica do novo modelo de organização do trabalho, o toyotismo, que possui uma lógica interna de “produção enxuta”, do qual não faz parte o desenvolvimento de políticas de pleno emprego, tende a frustrar qualquer promessa integradora do mundo do trabalho (ALVES, 2007). Essa formação subsumida aos interesses do capital não representa de fato um avanço significativo, pois significa apenas “um trabalho mais variado com uma certa abertura quanto a possibilidade de administração do tempo pelo trabalhador e não importa necessariamente mudança qualitativa de tarefas” (MACHADO, 1992, p. 19). Ainda em relação ao conceito de empregabilidade, Alves afirma que

O conceito de empregabilidade opera com clareza ideológica as contradições da mundialização do capital, um sistema mundial de produção de mercadorias centrado na lógica da financeirização e da “produção enxuta” (uma das características do toyotismo), totalmente avesso às políticas de pleno emprego e geradora de desemprego e exclusão social. É por isso que a mundialização do capital tende a disseminar, como eixo estruturador de sua política de formação profissional, o conceito de empregabilidade, que aparece, com relativo consenso, seja entre as administrações neoliberais e seus opositores sociais-democratas, como requisito básico para superar a crise do desemprego. (ALVES, 2007, p. 251).

Esse consenso acontece graças ao “complexo midiático” que sustenta as políticas neoliberais, que não está apenas circunscrita à esfera política partidária, mas disseminada por toda sociedade graças a um “poderoso mecanismo de produção de consciência e de um novo consentimento social às necessidades do capital” (ALVES, 2007, p. 250). No pensamento de Lefebvre, a indústria cultural, e aqui se inscrevem os instrumentos da mídia, atua na produção da subjetividade dos sujeitos, para ter o expectador como usuário, como consumidor. Essa indústria impõe novos sentidos e cria novas práticas; isto nos leva a perceber como essa mesma indústria, através da propaganda, está sendo utilizada pelo governo a fim de apresentar o PEI com um novo sentido e identidade para o Ensino Médio, estabelecendo novas práticas no interior da Escola. Podemos relacionar esse pensamento com os prêmios, com a divulgação dos destaques no IDEB e das viagens dos estudantes ao exterior, tentando passar a imagem de que as EREMs são iguais às escolas da classe média<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup> Conforme reportagens veiculadas no Diário de Pernambuco em 30/04/11 e 06/08/12: “Jovens que vão ganhar o mundo” e “Diretores de escolas públicas dos EUA conhecem gestão escolar de Pernambuco”. E também no

## Conclusão

A utilização da escola para outros fins, que não os educativos, levou a escola elementar, no Brasil, ao empobrecimento em relação a seus objetivos e a sua “utilização para responder tópica e seletivamente aos problemas sociais tornou inevitável sua desqualificação para o ensino” (ALGEBAILLE, 2009, p. 331). Por conseguinte, isto acontece, também, devido à crescente desqualificação nos postos de trabalho que dividiu o processo educativo e deteriorou os conteúdos escolares, que, de acordo com Frigotto (1984), provocou a supremacia de métodos e das técnicas sobre os conteúdos.

Na atualidade, a Escola se apresenta com um grave quadro de precarização e “robustecimento”, por causa das utilizações concretas ou simbólicas da escola para realização de outras ações e atividades que inicialmente não cabiam a ela, o que a fragiliza exatamente nos aspectos que deveriam ser essenciais, no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem e de formação geral da juventude.

Enfim, foi possível perceber elementos que estão subjacentes à criação do PEI que através das análises permitiu desvelar as formas de utilização desse programa por parte do governo, revelando o robustecimento da escola, ou seja, a ampliação de sua esfera de atuação. No entanto, o robustecimento não significa que a escola se torne mais forte, ao contrário o que acaba se fortalecendo é o poder daqueles que dirigem tais utilizações. Seguindo o caminho traçado por Algebaile (2009, p. 185), constatamos que a ampliação do poder sobre a escola e por meio dela garante a “produção de certo excedente de poder de bastante serventia na negociação das recomposições das forças políticas”. Como hipótese dessa constatação, podemos indicar que se aproxima ao que aconteceu em Pernambuco em relação ao acordo firmado entre o Estado e o grupo de empresários do setor privado para reforma do Ginásio Pernambucano e consequente implementação do PEI, ampliando e fortalecendo o poder desses grupos na definição e direcionamento das políticas educativas no Estado, dessa forma garantindo um “excedente de poder” a esse grupo nas negociações das recomposições das forças políticas no Estado. Mas, também trouxe um retorno e um excedente de poder para o governo, que pode se caracterizar como ampliação da base eleitoral, financiamento de campanha ou mesmo o aumento do leque de relacionamento do governo com os empresários.

E, por fim, foi possível também perceber que ao passo que há uma valorização dos profissionais que atuam nas EREMs, por outro lado, busca a apropriação da própria subjetividade desses profissionais na medida em que estes têm seu trabalho ampliado. Há uma

cobrança e responsabilização muito grande, além de serem proibidos de se organizarem, conforme direito estabelecido na Constituição. Nesse sentido, o caráter político presente na educação é reprimido e suprimido tornando-se uma educação alienada aos interesses do capital.

### Referências

- ALGEBAILLE, E. **Escola Pública e pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.
- ALVES, G. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2. ed. Londrina, PR: Práxis; Bauru, SP: Canal 6, 2007.
- CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- DESLANDES, S. F. et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- FREITAS, L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, SP, v. 33, n 119, p. 379-404, abr-jun. 2012b.
- FRIGOTTO, G. **A Produtividade da escola improdutiva: Um (re) Exame das relações entre educação e estrutura econômica-social capitalista**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.
- LEFEBVRE, H. **La presencia y La ausencia: Contribución a La teoria de las representaciones**. México: FCE, 2006.
- MAGALHÃES, M. A **juventude brasileira ganha uma nova escola de Ensino Médio: Pernambuco cria, experimenta e aprova**. São Paulo: Albatroz: Loqüi, 2008.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- MACHADO, L. R. de S. Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora. In: MACHADO, L. M. A.; FRIGOTTO, G. **Trabalho e Educação**. Campinas, SP: Papirus, 1992.
- PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 125 de 10 de Julho de 2008**. Dispõe sobre a criação do Programa de Educação Integral e outras providências.
- SCHLESENER, A. H. **A Escola de Leonardo: Política e Educação nos escritos de Gramsci**. Brasília: Liber Livro, 2009.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO. 2013: Disponível em <http://www.educacao.pe.gov.br/portal>. Acesso em: 02/07/2013.
- SILVA, J. A. de A.; SILVA, K. N. P. **Educação Integral no Brasil de hoje**. Curitiba: CRV, 2012.